

PROJETO DE EXTENSAO DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO EJA EM CIÊNCIAS NATURAIS/BIOLOGIA

Maria Ranyelle Moreira Nogueira¹

Ana Paula Reinaldo Verde²

RESUMO

O presente projeto foi desenvolvido com o objetivo de promover a compreensão e valorização dos direitos humanos entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e idosos, reconhecendo neles sujeitos de direitos e agentes de transformação social. Considerando que o acesso à informação é essencial para o exercício da cidadania, o projeto buscou garantir que esses grupos compreendessem o que são os direitos humanos e como eles se aplicam no cotidiano, promovendo o respeito a si e ao outro. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação realizada no segundo semestre de 2024 (2024.2) em uma escola pública localizada no município de Codó, Maranhão. Participaram do estudo 24 estudantes do 1º e 2º ano do Ensino Médio na modalidade EJA, no turno noturno. Como instrumentos de análise, foram utilizadas rodas de conversa e registros escritos das percepções dos estudantes sobre o tema trabalhado, que abordou o racismo estrutural nos contextos social e escolar. Observou-se um fortalecimento dos vínculos comunitários e maior conscientização sobre a importância da convivência harmoniosa e do reconhecimento mútuo de direitos. Autores como Candau (2000) e Freire (2005, 1996) fundamentam teoricamente a proposta, destacando o papel transformador da educação e sua capacidade de formar sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a superação das desigualdades. Os dados do IBGE (2013) também reforçam a urgência de iniciativas voltadas à inclusão e à educação dos grupos mais vulneráveis. O projeto mostrou-se viável e essencial, ao abrir espaços de diálogo e aprendizado sobre temas muitas vezes negligenciados, mas fundamentais para a cidadania plena. Conclui-se que ações como essa são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, onde o respeito aos direitos humanos seja efetivado não apenas por meio das leis, mas também nas práticas cotidianas entre escola e universidade, nos ambientes escolares, familiares e comunitários. A educação em direitos humanos deve, portanto, ser uma prática constante e transformadora. Ações como esta são urgentes e necessárias em um cenário social marcado por desigualdades e violências, onde o conhecimento e a prática dos direitos humanos precisam ser fomentados continuamente.

Palavras-chave: Extensão, Diversidade, Inclusão, Escola, Universidade.

¹ Maria Ranyelle Moreira Nogueira, Graduanda do Curso de Ciências Naturais/Biologia da Universidade Federal Maranhão - UFMA, maria.ranyelle@discente.ufma.br

² Professor orientador: Doutora, UFMA, ana.psr@ufma.br

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional negou o direito à educação de jovens, adultos e idosos, reverberando em políticas de governo descontínuas que durante décadas seja pela oferta irregular de vagas, seja pelo difícil acesso e permanência ou pelas inadequações do sistema de ensino e condições socioeconômicas desfavoráveis, não oportunizou a jovens, adultos e idosos adentrarem ao espaço escolar.

Segundo o Censo de 2010 do IBGE o contingente de analfabetos no país é de 56% e mais da metade dessas pessoas têm idade acima de 55 anos; esse resultado aponta para o analfabetismo dessa população envelhecida, diante da ausência de políticas efetivas, o que dificulta o ingresso dessa parcela da população a educação formal, cujo obstáculo cada dia fica mais latente.

A Constituição de 1988 e o Plano Nacional de Educação com vigência de 2014-2024 (BRASIL, 2014), preveem a redução da taxa de analfabetismo funcional com quinze anos ou mais, no entanto, essas legislações não estão sendo suficiente para garantir o acesso, a permanência e um ensino de qualidade aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Vários fatores contribuem para esta realidade, dentre eles a formação docente responsável pela formação do público alvo da EJA (jovens, adultos e idosos) em espaços escolares e não escolares.

A EJA foi pensada historicamente para atendimento de pessoas tão somente pelo recorte cronológico, mas em razão da diversidade cultural e social esses sujeitos demandam uma política pública diferenciada.

A busca da autonomia intelectual e moral devem ser constante exercício com os educandos da EJA e idosos. A emancipação humana será decorrência da construção desta autonomia com a qual contribui a educação escolar. O exercício de uma cidadania democrática, pelos educandos da EJA, será o reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça.

Assim, a Educação em Direitos Humanos vem corroborar com esse entendimento, assentada em cinco eixos: Educação Básica, Educação superior, Educação não-formal, Educação dos profissionais dos sistemas de Justiça e Segurança e Educação e Mídia, proporcionando a construção de pessoas tolerantes com as diferenças e principalmente, com os sujeitos vulneráveis, que são no Brasil os que mais sofrem violência.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora, considerando e valorizando a produção humana ao longo da história.

Sobretudo, a compreensão de que o educando da EJA e idosos relacionam-se com o mundo do trabalho e que é por meio dele que pode melhorar a sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pelo homem, assim a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos educandos de EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características.

Assim, compreendemos o quanto é importante falar e escutar sobre os Direitos Humanos no currículo referenciado para a Educação Básica e sobretudo para os sujeitos da EJA e idosos, pois para além dos desafios da estrutura nacional para garantia dos direitos dos estudantes jovens, adultos e idosos, entendemos que as políticas de educação para essas pessoas precisam atuar na equidade de oportunidades de acesso e permanência aos espaços escolares e não escolares, compreendendo que jovens, adultos e idosos ao retornarem aos estudos, estão inseguros, sentem-se desvalorizados.

Nesse sentido, o estudo reafirma a importância de trabalhar os Direitos Humanos e a diversidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial no ensino de Ciências Naturais/Biologia, como forma de combater o preconceito e o racismo, além de assegurar o direito à saúde e a uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados do projeto de extensão intitulado “Direitos Humanos e Diversidade na Educação EJA”, desenvolvido no Campus de Codó/UFMA. A prática foi realizada em uma escola pública e estruturada a partir da metodologia da pesquisa-ação, visando não apenas intervir na realidade escolar, mas também promover reflexões críticas acerca das condições de ensino e aprendizagem, com ênfase na valorização da diversidade étnico-racial.

METODOLOGIA

O município de Codó, situado na mesorregião Leste Maranhense e na microrregião de Codó, a aproximadamente 292 quilômetros da capital São Luís, apresenta uma população estimada em 114.275 habitantes (IBGE, 2022). O clima é tropical quente e úmido, com estação chuvosa no verão e outono e período seco no inverno e início da primavera, características que influenciam diretamente o modo de vida, a agricultura e as condições socioambientais da região.

O projeto de extensão foi desenvolvido no Centro de Ensino Colares Moreira, localizado na área urbana de Codó/MA, na Praça Alcebíades Silva, nº 1780. Fundada em 1934 como Grupo Escolar Colares Moreira, foi a primeira escola primária e ginásial do município, constituindo-se em marco histórico da educação local.

Atualmente, a instituição oferece ensino médio regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo cerca de 980 estudantes com um corpo docente de aproximadamente 54 professores; sua infraestrutura inclui biblioteca, auditório, laboratórios de ciências e informática, quadra de esportes, pátio, salas específicas e recursos de acessibilidade, além de equipamentos tecnológicos como computadores, notebooks, projetores e Internet, possibilitando práticas pedagógicas diversificadas (EDITORAREALIZE, 2016).

De natureza qualitativa é caracterizada como uma pesquisa colaborativa, compreendida como um processo de investigação que se constrói de forma coletiva entre pesquisadores e participantes, com o objetivo de transformar a realidade estudada a partir da ação conjunta (IBIAPINA, 2008). Diferente de abordagens tradicionais, a pesquisa colaborativa não se restringe à produção de dados para análise, mas promove um espaço de reflexão e de tomada de decisão compartilhada, no qual professores, estudantes e pesquisadores assumem papéis ativos na construção de novos conhecimentos.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos, a pesquisa colaborativa mostrou-se especialmente significativa, pois favorece o diálogo entre universidade, escola e comunidade, valorizando saberes locais e experiências de vida. Assim, ao invés de impor soluções externas, buscou-se desenvolver práticas pedagógicas que emergissem das necessidades e das narrativas dos estudantes, permitindo a eles reconhecer-se como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria formação.

. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram a professora e os estudantes da EJA e



ambos aceitaram participar da roda de conversa direcionada o que foi possível a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Conforme Minayo (2009), o TCLE é válido e suficiente, desde que assegure a compreensão plena dos sujeitos sobre a pesquisa, sua voluntariedade e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

Como metodologia, foram realizadas rodas de conversa em formato de narrativas, conduzidas por uma docente do Curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e por uma estudante da mesma graduação. As atividades foram planejadas a partir de conteúdos da disciplina de Ciências Naturais, com ênfase na evolução humana e em suas interfaces com os Direitos Humanos. Cada roda de conversa teve duração aproximada de 30 minutos e abordou temas como a conceituação da evolução da espécie humana, a relevância de Charles Darwin para a compreensão da evolução das espécies, a identificação de semelhanças comportamentais entre humanos e primatas, bem como a correlação entre a teoria evolutiva darwiniana e o Darwinismo social, ressaltando como este último foi historicamente apropriado para justificar práticas racistas e de exclusão social.

A proposta buscou articular os conteúdos científicos da Biologia com reflexões críticas acerca da diversidade étnico-racial e da educação em Direitos Humanos, de modo a favorecer a reflexão crítica dos estudantes sobre as relações entre ciência, sociedade e preconceito. Além disso, visou fortalecer a identidade e a autoestima dos sujeitos da EJA, reconhecendo-os como participantes do processo educativo, ao mesmo tempo em que promovia um espaço dialógico que estimulasse a participação ativa, a valorização dos saberes prévios e a relação entre conhecimentos escolares e experiências de vida. Dessa forma, a atividade contribuiu para a promoção de uma educação em Direitos Humanos, comprometida com o combate ao racismo e com a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao tratar da temática étnico-racial, é imprescindível recorrer às reflexões de Munanga (2005), que destaca como a escola historicamente silenciou ou minimizou a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. Para o autor, discutir as relações étnico-raciais no espaço escolar é condição para a



construção de uma educação democrática, capaz de combater preconceitos e valorizar a diversidade como elemento estruturante da identidade nacional.

A esse debate, somam-se as contribuições de Freire (1996), que compreende a educação como prática de liberdade, fundamentada no diálogo e no reconhecimento dos sujeitos históricos. No âmbito da EJA, sua pedagogia crítica reforça a centralidade da experiência dos educandos, defendendo que o processo educativo deve partir da realidade vivida, da cultura e das necessidades concretas dos estudantes trabalhadores.

Arroyo (2005) aponta que a EJA precisa ser pensada a partir do reconhecimento da trajetória de vida dos sujeitos, valorizando seus saberes e identidades em oposição a uma lógica de homogeneização e exclusão.

No campo da Educação em Direitos Humanos, Candau (2008) enfatiza a necessidade de práticas pedagógicas interculturais que enfrentem as desigualdades e promovam a convivência na diversidade. Essa perspectiva articula-se com a proposta de Toillier (2013), que defende a inserção da educação em Direitos Humanos no currículo escolar como dimensão transversal, capaz de potencializar processos de inclusão e cidadania crítica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento das atividades em sala de aula, conduzido pela bolsista do projeto em parceria com a coordenadora, revelou-se de grande relevância pedagógica e social para os estudantes da EJA. Durante as rodas de conversa, observou-se intensa participação dos educandos, que não apenas realizaram perguntas, mas também compartilharam exemplos de situações de racismo vivenciadas em seu cotidiano. Esse movimento demonstrou que o tema mobiliza experiências pessoais e coletivas, possibilitando a construção de um espaço dialógico em que os estudantes puderam reconhecer o racismo como prática social historicamente constituída e, ao mesmo tempo, reafirmar a importância de compreender suas origens para combatê-lo.

Os relatos dos participantes evidenciam a pertinência da abordagem do racismo no ensino de Ciências Naturais e Biologia, ao relacionar conteúdos científicos – como a teoria da evolução das espécies – com questões sociais, políticas e culturais. Essa articulação corrobora a perspectiva de Freire (1996), segundo a qual a educação deve



partir da realidade concreta dos sujeitos e possibilitar a leitura crítica do mundo, promovendo a conscientização e a transformação social.

Nesse sentido, a prática realizada aproxima-se também das reflexões de Candau (2008), ao destacar a importância da educação em Direitos Humanos como estratégia pedagógica para enfrentar desigualdades e promover a convivência na diversidade. O fato de os estudantes afirmarem que é importante compreender a origem do racismo mostra como a atividade contribuiu para a formação crítica e cidadã, possibilitando-lhes identificar que o preconceito não se trata apenas de atitudes individuais, mas de um fenômeno estrutural historicamente construído.

Além disso, as falas dos educandos dialogam com a análise de Munanga (2005), que ressalta como a escola historicamente silenciou ou marginalizou as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira, perpetuando estereótipos e práticas racistas. Nesse sentido, o espaço criado pelas rodas de conversa constituiu-se como oportunidade para romper com esse silenciamento, permitindo que os sujeitos da EJA se reconhecessem como protagonistas na luta contra o racismo.

Portanto, os resultados apontam que a inserção de temas relacionados aos Direitos Humanos e às relações étnico-raciais no currículo da EJA não apenas favorece a aprendizagem de conteúdos científicos, mas também fortalece a identidade, a autoestima e a consciência crítica dos estudantes. Tais achados reafirmam a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com uma perspectiva descolonizadora (ARROYO, 2005), capazes de valorizar as experiências e saberes dos educandos e de transformar a sala de aula em espaço de resistência e emancipação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de extensão no contexto da Educação de Jovens e Adultos possibilitou a construção de um espaço formativo pautado no diálogo e na reflexão crítica. A participação ativa dos estudantes, que trouxeram perguntas, relatos e exemplos de situações de racismo vivenciadas em seu cotidiano, revelou a relevância de práticas pedagógicas que problematizem a origem e os desdobramentos do racismo na sociedade brasileira. Essa interação reafirma que o espaço escolar, especialmente no



âmbito da EJA, deve ser compreendido como um local de resistência, conscientização e garantia de direitos, onde a diversidade étnico-racial seja valorizada e respeitada.

As discussões possibilitadas pelas rodas de conversa permitiram não apenas a apropriação de conceitos científicos, como a teoria da evolução humana e as implicações sociais do Darwinismo social, mas também a compreensão crítica de como determinadas interpretações equivocadas da ciência foram historicamente utilizadas para justificar práticas racistas e discriminatórias. Nesse sentido, ao refletirem sobre suas próprias experiências, os estudantes reconheceram a importância de compreender a origem do racismo para combatê-lo de forma consciente e fundamentada.

Assim, o projeto demonstrou que metodologias colaborativas, como as rodas de conversa e a produção de narrativas, contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem na EJA, ao mesmo tempo em que promovem a educação em Direitos Humanos. Reforça-se, portanto, a necessidade de que práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e com a justiça social sejam constantemente fortalecidas, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus direitos e deveres.

Como defendem Munanga (2005) e Gomes (2012), compreender o racismo como um fenômeno histórico e estrutural é condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Dessa forma, reafirma-se que a escola e a universidade, por meio de projetos de extensão e de ações integradas, têm papel central na promoção de práticas educativas que combatam o preconceito e fortaleçam a diversidade cultural como princípio da educação.

Assim, a articulação entre EJA, Direitos Humanos e educação étnico-racial aponta para uma perspectiva formativa descolonizadora, em que os sujeitos da EJA são reconhecidos em sua dignidade, identidade e saberes. Tal horizonte possibilita que a prática docente se constitua como espaço de resistência, de afirmação da diversidade e de transformação social, contribuindo para a efetivação de uma escola inclusiva e comprometida com a democracia.



REFERÊNCIAS

- BOLOGNANI, Lilian Raquel; NACARATO, Adair Mendes. **Narrativas na formação de professores: olhares e práticas em diferentes contextos.** *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 7, n. 13, p. 57-70, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu; FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regula o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (PNE 2014–2024). *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 dez. 2018.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- SERRANO, Célia Regina. **Extensão universitária: desafios e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2010.

